

Artigo original • Revisão por pares • Acesso aberto

Da Sardenha à revolução proletária: breves notas sobre socialismo e cultura no pensamento do jovem Gramsci¹

From Sardinia to the proletarian revolution: brief notes on Socialism and culture in young Gramsci's thought

Leandro Cabral de Almeida²

Resumo

Com o artigo proposto, analisamos aspectos da formação intelectual e política de Antonio Gramsci, considerando o debate acerca do tema “socialismo e cultura”, circunscrito especificamente às suas intervenções no ano de 1917. Trata-se de compreender o processo de sua adesão ao marxismo, em especial, através do pensamento de Lenin, ressaltando a importância da Revolução Russa para seu empenho na tradução da experiência revolucionária soviética para a particularidade italiana, o que lhe colocou em confronto com concepções gravitantes no movimento socialista italiano carregadas de influências deterministas e positivistas, que refletiam em posicionamentos sujeitos à passividade. Ao iniciar a tessitura de sua concepção de revolução proletária, Gramsci busca a unidade dialética entre política e filosofia, destacando a historicidade da revolução na Itália, para a qual seria de vital importância a aliança entre os camponeses meridionais e os operários do Norte, o que pressupunha um trabalho de elevação cultural das massas trabalhadoras.

Palavras-chave: Gramsci; Marxismo; Revolução Russa; Socialismo; Cultura.

Abstract

With the proposed article, we analyze Antonio Gramsci's intellectual and political formation aspects, considering discuss “socialism and culture” as a theme, specifically circumscribed to his interventions in 1917. It is about understanding his accession process to Marxism, in particular, through Lenin's thought, emphasizing the Russian Revolution's importance for his commitment to translating the Soviet revolutionary experience into Italian particularity. Which has put him in a confrontation with gravitating conceptions in the Italian Socialist Movement full of deterministic and positivist influences, which reflected in positions subject to passivity. Starting his proletarian revolution conception weaving, Gramsci seeks a dialectical unity between politics and philosophy, highlighting the revolution in Italy historicity, for which the alliance between the southern peasants and the northern workers would be vitally important, which presupposed working masses' cultural upliftment work.

Keywords: Gramsci; Marxism; Russian Revolution; Socialism; Culture.

Citação sugerida

ALMEIDA, Leandro Cabral de. Da Sardenha à revolução proletária: breves notas sobre socialismo e cultura no pensamento do jovem Gramsci. Revista IDEAS, Rio de Janeiro, v. 14, p. 1-24, e020008, jan./dez. 2020.

Licença: Creative Commons - Atribuição/Attribution 4.0 International (CC BY 4.0).

Submissão:
25 out. 2020

Aceite:
10 dez. 2020

Publicação:
24 dez. 2020

¹ Em homenagem à memória do professor Raimundo Santos (CPDA/UFRRJ).

² Doutorando em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ), Rio de Janeiro, Brasil; Professor de História na Rede de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEEDUC-RJ). E-mail: leandrocabral@id.uff.br.

Introdução

A contribuição teórica de Antonio Gramsci ao pensamento político contemporâneo resulta, em grande medida, das reflexões elaboradas de maneira mais sistemática nos seus *Cadernos do cárcere*. No entanto, tais elaborações ganham outro relevo quando consideramos o nexo estabelecido entre a sua atividade política e sua construção teórica, seja colocando em destaque as reflexões orientadas para as lutas pelo socialismo em seu país, os elementos que apontam para uma filosofia política, ou mesmo se pensarmos num movimento de renovação do pensamento político marxista. Analisar o desenvolvimento de alguns aspectos de suas formulações desde a juventude, considerando sua formação intelectual em contraposição a aspectos de sua biografia política, em especial, de sua militância, pode se mostrar de destacada relevância para compreendermos o processo dinâmico e coerente pelo qual Gramsci desenvolveu as concepções mais estruturantes de seu pensamento.

Gramsci foi um teórico político e ao mesmo tempo um homem de ação. Suas preocupações intelectuais foram motivadas pela perspectiva de construção de um processo de lutas políticas revolucionárias. Em seu pensamento, a unidade entre teoria e prática, inerente à *práxis*, mostra-se mais do que na identidade entre pensamento e ação, ou entre filosofia e política, mas na elaboração de categorias que fundamentam a compreensão das lutas políticas e a constituição de estratégias para tais lutas, materializando-se através de uma “racionalização da prática e de realização da teoria”³, na concepção e luta por hegemonia tomada dialeticamente. Considerando tal perspectiva, interessa-nos colocar em foco o debate sobre “socialismo e cultura” levando em conta especificamente os escritos de Gramsci produzidos em 1917, situando a Revolução Russa como importante chave de leitura, além de momento fundamental da formação intelectual e política do jovem sardo.

Da Sardenha a Turim: o encontro com o movimento operário e socialista

Em 1917, ano da Revolução Russa, Gramsci se encontrava em Turim, cidade em que vivia desde 1911, quando foi aprovado para estudar Filologia Moderna na Faculdade de Filosofia e Letras. Havia cursado o ensino médio em Cagliari, onde viveu com seu irmão, Genaro, entre 1908 e 1911. Seu irmão era operário de uma fábrica de gelo e membro do Partido Socialista Italiano, chegando a atuar como secretário da seção do PSI e tesoureiro da Câmara do Trabalho. Cagliari, capital da Sardenha, era uma cidade que se industrializava e se destacava social e culturalmente, com manifestações de uma política de massa e um histórico de agitação dos trabalhadores que recorreram a greves e

³ Expressão desenvolvida por Frosini (2017). Para compreender a relação entre teoria e prática no pensamento de Antonio Gramsci, ver do mesmo autor: “La ‘filosofia della práxis’ nei Quaderni del Carcere di Antonio Gramsci. *Isonomia. Rivista di Filosofia*. 2002.

motins com alguma frequência nesse início de século. Nesse contexto, desenvolvia-se um processo de organização do movimento operário, que possibilitou que Gramsci começasse a ler jornais socialistas e revistas de relevo do debate intelectual nacional, além de escrever artigos para jornais, como *L'Unione Sarda*. Aprovado num concurso de bolsas promovido pelo Colégio Carlo Alberto, para atender estudantes pobres provenientes dos territórios do ex-Reino da Sardenha, Gramsci pôde contar com subsídios para se matricular na Universidade de Turim (FIORI, 1991, p. 59-60, p. 80-81; RAPONE, 2014, p. 51). Trazia a experiência de uma vida na Sardenha, carregada de dificuldades econômicas geradas pela pauperização, que envolvia a maior parte dos trabalhadores dessa região que, assim como o Sul da Itália, fora condenada ao atraso econômico e social pelo *Risorgimento* e pela política protecionista que favorecia os grandes proprietários rurais do sul e a nascente indústria do Norte da Itália, em detrimento do *Mezzogiorno*⁴.

Na Sardenha, os reflexos produzidos pela política econômica adotada desde a unificação, em especial durante os governos de Agostino Depretis, Francesco Crispi e Giovanni Giolitti, foram graves, sobretudo para os pequenos e médios proprietários rurais e para os trabalhadores do campo e da cidade. A política tributária imposta aos proprietários rurais não apenas impediu que ocorresse qualquer desenvolvimento das atividades agrárias como gerou um endividamento crônico dos camponeses sardos, com amplas consequências à economia da região. Ao recorrer a empréstimos emitidos mediante a cobrança de taxas abusivas de juros, os pequenos e médios proprietários agravavam o quadro de crescente endividamento, motivado pelo novo regime fiscal e pela usura das instituições financeiras, resultando na perda de suas terras. O conflito alfandegário com a França afetara duramente a região reduzindo de modo brusco as exportações. A crise econômica comprometeu bancos e instituições financeiras, gerando o colapso do sistema de créditos agrícolas e a falência de inúmeras empresas rurais. Restava às massas populares a migração, se submeter aos baixos salários e precárias condições de trabalho nas minas⁵,

⁴ O *Mezzogiorno* é a região que abrange a porção continental do sul da Itália e as ilhas da Sicília e Sardenha. Também chamada de Itália *meridional*, a região admitia uma economia rural, com forte concentração fundiária e intensa exploração dos trabalhadores. Com o processo de unificação nacional (*Risorgimento*), a política de livre-câmbio foi abandonada com o objetivo de proteger a indústria nacional do Norte e os latifundiários do Sul, o que gerou uma guerra alfandegária com a França, desdobrando-se no fechamento desse mercado consumidor, responsável por grande parte das exportações dessa região. O resultado foi o empobrecimento, a proletarianização, a migração da população meridional, o aumento da criminalidade e das sublevações populares (FRESU, 2017, p. 160; 2020, p. 20-22).

⁵ A instalação das primeiras indústrias de laticínios causou prejuízos e dificuldades ainda maiores para áreas da Sardenha nas quais o pastoreio era uma atividade econômica fundamental. A imposição de preços baixos ao leite gerou dificuldades econômicas tão bruscas que resultaram no abandono dessas terras. O setor da mineração se desenvolveu na Sardenha com especial vigor após a unificação, quando alterações no sistema jurídico estenderam à ilha as leis de mineração do Piemonte. Assim, as principais minas de chumbo e zinco foram exploradas por empresas continentais e estrangeiras, que apesar de gerarem um fluxo considerável de investimentos na Sardenha, criando empregos e imprimindo mudanças na estrutura social e ambiental dessa região (sudoeste da ilha), beneficiaram esses grupos econômicos apenas, à custa do aumento da

para fugir do desemprego e da fome, ou incidir pelo caminho da criminalidade ou das revoltas populares (BRIGAGLIA, 2006, p. 110-112; ORTU, 2006, p. 57-58).

Diante desse quadro de crise econômica, política e moral que assolava a Sardenha, a ação do Estado quase sempre se resumia à violenta repressão sobre as massas populares. Estima-se que entre junho de 1901 e setembro de 1904 a violência estatal tenha sido responsável pela morte de 40 trabalhadores e mais de 200 feridos. O agravamento das condições de vida e trabalho, especialmente no *Mezzogiorno*, onde a miséria e a fome eram ameaças comuns, impulsionava a eclosão de revoltas populares contra a carestia, mas também contra os grandes comerciantes, contra os empresários das minas e do setor de laticínios, por simbolizarem a opressão em que viviam os trabalhadores. A recorrência desses “massacres proletários” inflamava a insurgência popular. Após a morte de camponeses num protesto em Cerignola (sul da Itália), dos massacres em Castelluzzo (Sicília) e em Buggerrù (Sardenha), greves gerais foram desencadeadas contra a indiferença do governo nacional ante as precárias condições de vida e trabalho e o processo crescente de empobrecimento que acometia as massas trabalhadoras, além de se opor à repressão imposta pelo Estado. A greve geral paralisou a cidade de Milão entre 16 e 20 de setembro, chegando a reunir 30 mil operários numa assembleia. No entanto, contando com hesitante apoio do PSI e alvo da repressão estatal e de ações para dismantlar a greve por parte da burguesia, o movimento enfrentou um refluxo. Nos anos seguintes, as revoltas e os massacres continuaram, desdobrando-se em greves gerais em Turim (1906) e em Milão (1907) (GOLDSTEIN, 2010, p. 319; BRIGAGLIA, 2006, p. 112-114; DIAS, 2000, p. 244; FRESU, 2020, p. 21-22).

Em Turim, Gramsci encontrou o ambiente propício para o seu amadurecimento intelectual e político, desenvolvendo seus estudos acadêmicos na área de linguística, se informando do debate intelectual nacional, do qual se destaca o interesse pelo trabalho de Giovanni Papini, Giuseppe Prezzolini, Henri Bergson, Giovanni Gentile, Benedetto Croce e Georges Sorel⁶ (RAPONE, 2014, p. 57-62). Mas a cidade que despontava como

desigualdade, da exploração, do agravamento das condições de vida e trabalho dessa população (ORTU, 2006, p. 58-59).

⁶ Prezzolini (1882-1982) e Papini (1881-1956) eram considerados “organizadores culturais” que atuavam editando e intervindo em revistas como *Leonardo* e *La Voce*, principalmente. *La Voce* era uma revista que divulgava e era influenciada pelo pensamento de Benedetto Croce, admitindo o objetivo de proporcionar uma renovação da cultura italiana, “desprovincianizando-a”, para o fortalecimento de uma cultura nacional-popular (IMBORNONE, 2017, p. 806-807). Bergson (1859-1941) foi um filósofo francês influente no ambiente intelectual italiano do começo do século XX, importante na formação juvenil de Antonio Gramsci por contribuir na superação de uma concepção da história excessivamente idealista ou materialista vulgar, pontuando elementos para a crítica ao positivismo e determinismo. Croce (1866-1952) e Gentile (1875-1944) foram intelectuais que se destacaram na formação de Gramsci por empreenderem, a partir do neoidealismo, severas críticas ao ambiente cultural e intelectual italiano predominantemente influenciado pelo positivismo. Na aproximação de Gramsci com o movimento operário e socialista o neoidealismo é visto como uma tentativa de “restituir ao homem a responsabilidade plena de sua vida, de sua história, de colocá-lo de frente a suas responsabilidades”, despertando o interesse, sobretudo, em sua proposta “reforma moral e intelectual” (FROSINI, 2016, p. 24). Sorel (1847-1922) foi um célebre intelectual francês, teórico do

importante centro industrial também lhe possibilitou que estreitasse as relações com o crescente movimento operário e socialista, despertando-lhe o interesse sobre o pensamento de Antonio Labriola⁷. No entanto, se Turim representou uma etapa decisiva na vida do jovem Gramsci, marcando sua trajetória como militante e jornalista, esse processo não se realizou sem a contribuição da “afinidade orgânica” tecida com os grupos subalternos desde os tempos na Sardenha. Segundo Fresu (2020), as formulações teórico-políticas de Gramsci são tributárias de sua experiência concreta com a miséria e marginalização social das classes trabalhadoras de sua terra.

(...) em Turim, o jovem Gramsci – em cujo código genético político-social estava bastante presente o endêmico espírito das rebeliões pastoris e camponesas de sua terra – entrou em contato com a força organizativa do movimento operário. Daí resultou uma concepção muito articulada do conflito de classes e da própria ideia de revolução, segundo a qual era indispensável uma síntese orgânica entre as reivindicações das massas operárias do Norte e os anseios desorganizados das massas rurais do *Mezzogiorno*. Sem levar em conta esse cenário, é muito difícil compreender plenamente Gramsci, tanto nas lutas por ele protagonizadas quanto em sua produção teórica (FRESU, 2020, p. 26-27).

Na capital do Piemonte, abriu-se ao jovem Gramsci um período no qual teve início uma atuação mais direta no cenário político que lhe cercava, desde sua filiação ao Partido Socialista Italiano (PSI), em 1913, pelo envolvimento na *Federazione Giovanile Socialista Italiana* (FGSI), organização juvenil do PSI, por sua tomada de posição nos debates acerca das questões políticas da Sardenha⁸, mas também pelo contato com as importantes revistas *La Voce*, *L'Unità*, *Il Marzocco* e *La Lupa* e por sua colaboração no jornal socialista *Avanti!* e no *Il Grido del Popolo*⁹. Trata-se de um período marcado pelo processo de nacionalização que se inscreve em seu percurso formativo dando substância a uma singular compreensão da realidade política de seu país e dos caminhos para sua transformação. No entanto, Gramsci não rompe com suas “raízes

sindicalismo revolucionário, crítico do jacobinismo, da dominação burguesa e do parlamentarismo.

⁷ Labriola (1843-1904) foi um intelectual socialista italiano que, embora não seja uma figura dominante na formação intelectual e política de Gramsci, sua referência é associada à perspicaz capacidade teórica e à defesa de uma concepção não fatalista do materialismo histórico. Para Gramsci, tratava-se de partir de suas críticas para repensar a reorganização do movimento operário e a necessidade do restabelecimento de sua práxis.

⁸ Em 1913, após o encerramento de um período letivo, Gramsci retornou à Sardenha para acompanhar o processo eleitoral que passava a contar, pela primeira vez, com o direito de sufrágio concedido aos camponeses. Nessa ocasião, aderiu ao Grupo de Ação e Propaganda Antiprotecionista, admitindo uma concepção de que a *questão sarda* deveria ser solucionada pela contraposição ao resto da Itália, numa luta pela independência nacional da região, posição alterada posteriormente pela identificação do problema regional a uma ação política nacional, compreendendo a questão social em termos unitários resultantes das singularidades do desenvolvimento capitalista na Itália (FIORI, 1991, p. 97-98; RAPONE, 2014, p. 64-65).

⁹ Em 1910, Gramsci escreveu textos em colaboração para o *L'Unione Sarda*, principal jornal da ilha que admitia um posicionamento marcadamente antiprotecionista e crítico ao governo italiano.

territoriais” da Sardenha, antes a considera fundamental para elucidar os antagonismos sociais do país e para a concepção de revolução que tece desde a juventude (FIORI, Idem, p. 97-98; RAPONE, Idem, p. 63-64).

Elementos do debate sobre socialismo e cultura no movimento socialista italiano

Em Gramsci, a política é uma atividade humana central, autônoma, que se desenvolve dentro de um contexto histórico e material. Sua contribuição aponta para a sistematização, no âmbito do marxismo, de uma ciência da ação política. Interessava-o refletir sobre as possibilidades que a ação humana tem para intervir nos rumos da história, para levar adiante o movimento prático que produzisse uma transformação revolucionária da sociedade. A centralidade da política no pensamento de Antonio Gramsci resulta, em grande medida, da situação histórica na qual ele estava inserido e atuante, como intelectual, como militante político, acompanhando atentamente o movimento dos trabalhadores que, desde sua experiência mais juvenil na Sardenha, diante do clima de rebelião desses grupos subalternos, impressionava-o pelo potencial de mobilização e transformação política que carregava. No entanto, chamava-lhe a atenção também a necessidade de estabelecer um trabalho capaz de superar o quadro de dominação ideológica da burguesia sobre as classes trabalhadoras. O que pressupunha a autonomia política e social do proletariado, assentada numa práxis política forjada a partir da autoeducação da classe operária e em sua promoção a um papel dirigente, rompendo com o quadro de decomposição da direção política socialista caracterizada pela mobilização instrumental das massas populares, pelo burocratismo, determinismo e passividade (CARNOY, 1988, p. 89-93; FRESU, 2020, p.54-57).

No começo do século XX, a Itália vivia um processo de acelerado desenvolvimento econômico, com uma indústria que se mostrava vigorosa, sobretudo no setor metalúrgico, automobilístico, químico e têxtil. Trata-se de um desenvolvimento capitalista relativamente tardio no cenário internacional, marcado pelo forte protecionismo do Estado e pela submissão ao capital financeiro. As cidades se modernizavam e experimentavam um crescimento populacional intenso, impulsionado pelas transformações econômicas recentes, sobretudo pelo desenvolvimento industrial. Investimentos em infraestrutura garantiram a construção de ferrovias, a ampliação do setor hidrelétrico, além de oferecer impulso à construção civil. No entanto, sob o governo de Giolitti, este processo de modernização marca um período de profundas contradições na sociedade italiana. Sua política econômica dedica esforços, principalmente no desenvolvimento industrial do Norte da Itália, concentrado nas cidades de Milão, Turim e Genova. Materializava a concepção de que o desenvolvimento do capitalismo em seu país deveria se sustentar na hegemonia setentrional sob o conjunto da sociedade, numa aliança com os

proprietários rurais do sul mais proeminentes, excluindo as grandes massas de trabalhadores do *Mezzogiorno*.

A dominação social e política assentada na conciliação entre empresários industriais e latifundiários legou às populações do sul o subdesenvolvimento e a miséria crônicos. No percurso histórico de exploração, empobrecimento, migrações e revoltas que envolve os trabalhadores, o surgimento de sindicatos operários e da organização do movimento socialista e anarquista aponta para uma nova dinâmica política marcada pela emergência das massas populares. A mobilização política dos estratos subalternos colocava questões à organização do poder no Estado e a conformação das classes dirigentes que, incisivamente, se posicionavam contra a admissão plena desses grupos na vida política nacional. A política de Giolitti traduzia-se no esforço para estabelecer uma hierarquia entre as classes e frações de classes, integrando-as assimetricamente ao Estado nacional, em nome do consentimento do conjunto da sociedade, mobilizando reformas ou a repressão violenta, especialmente com as populações meridionais (MUSSI, 2015, p. 51-52; DIAS, 2000, p. 245).

Nesse quadro de efervescente luta política, marcado pela ascensão dos trabalhadores do campo e da cidade no cenário nacional, a política de reformas de Giolitti o possibilitou realizar aproximações com os setores reformistas do PSI, representados especialmente por Filippo Turati e Claudio Treves, que apoiaram muitas medidas de seu governo. O partido tecia uma reorientação em sua política, preconizando uma participação maior nas disputas eleitorais, admitindo alianças com a esquerda democrática e guardando distância das perspectivas sectárias e insurgentes. A flexão que alinhou o PSI à política reformista de Giolitti, a postura de imobilismo, radicalismo verbal e propaganda vazia proposta pelos dirigentes, além da incapacidade do partido de compreender a questão meridional e de superar uma perspectiva que naturalizava a guerra, impeliram Gramsci a uma busca por outros referenciais intelectuais para lidar com as demandas das lutas políticas e sociais concretas. Encontrou na filosofia neoidealista de Benedetto Croce e Giovanni Gentile as referências teóricas, com alusão a Hegel, capazes de embasar a defesa do desenvolvimento histórico, da consciência e capacidade transformadora da ação humana (LOSURDO, 2011, p. 18-20).

Gramsci criticava as influências positivistas no PSI, especialmente por contribuírem para a interpretação fatalista do socialismo, mas também por incidirem sobre uma concepção de cultura “elitista”, “enciclopédica”, responsável pela falta de ligação orgânica entre os intelectuais e as massas. Portanto, era de fundamental importância, em sua perspectiva, que o partido admitisse um compromisso com a atividade cultural em prol do crescimento intelectual do proletariado, compreendendo a cultura como “educação coletiva”. O debate sobre a “crise da cultura” socialista teve culminância no Congresso da *Federazione Giovanile Socialista Italiana*, em 1912, quando ganharam proeminência no interior do partido as teses de Bordiga, para o qual

a cultura era um “apêndice da ação política radical” apenas (MUSSI, 2014, p.133). Ainda que sua posição não se destaque no interior do partido, Gramsci insiste na importância do desenvolvimento de uma cultura socialista pelo trabalho educativo nas associações, jornais, atividades culturais, como um elemento necessário da revolução socialista.

Entre os séculos XIX e XX, o movimento operário despontava e mostrava vigor em vários países da Europa, como na Itália, onde o marxismo se afirmava carregado, no entanto, de influências do evolucionismo e do positivismo que gravitavam no ambiente da Segunda Internacional. Nessa perspectiva, buscava-se estabelecer uma “concepção geral e unitária do mundo, uma doutrina que estivesse em condições de proporcionar uma verdadeira filosofia da história” (ANDREUCCI, 1982, p. 33-34). O processo histórico e social da humanidade era interpretado segundo um esquema mecanicista, determinista, pelo qual os modos de produção e suas contradições seguiriam um processo evolutivo que inevitavelmente levaria ao socialismo. Tal perspectiva firmou no seio do movimento operário e socialista tendências sujeitas à passividade e a dependência em relação ao papel dos dirigentes partidários na tradução do real e na condução da ação política (FRESU, 2016, p. 86).

Na Itália, o PSI se dividia entre sua maioria reformista, que se limitava a conduzir uma política favorável às reformas propostas pelas classes dominantes, que correspondiam aos interesses corporativos da aristocracia operária do norte, e os maximalistas, que rechaçavam qualquer compromisso político, pois tinham em vista a inevitabilidade da revolução, como um desdobramento natural da evolução do capitalismo, restringindo-se ao trabalho propagandístico. Segundo Coutinho (1989), reformistas e maximalistas conduziam o PSI na luta pelo socialismo por uma via apenas aparentemente diversa. A “comum interpretação fatalista e positivista do marxismo” refletia, de todo modo, numa prática impotente e limitada pela crença na espera de um socialismo inevitável (COUTINHO, 1989, p. 5).

Na formação juvenil de Gramsci, o encontro com o pensamento neoidealista de Croce e Gentile, bem como sua aproximação em relação ao marxismo, visa, sobretudo, a superação crítica dessas leituras deterministas e economicistas no interior do movimento socialista e operário. Trata-se de colocar em destaque o papel da práxis na construção do ser social, de compreender a “história como criação do próprio espírito, feita de uma série ininterrupta de rupturas arrancadas às outras forças ativas e passivas da sociedade” (GRAMSCI, 2004a, p.48), o que diante da incapacidade do PSI significava compreender que o momento era de ação, de compatibilização da política do partido aos interesses das classes trabalhadoras, de firme posicionamento diante da guerra, de renovação e elevação da consciência do proletariado por um trabalho cultural capaz de moldar uma vontade coletiva popular.

Para Gramsci, a posição da maioria do PSI de “neutralidade absoluta” perante a guerra demonstrava a subordinação do movimento socialista à classe

dominante e à política de Giolitti. Era necessário reagir ao imobilismo do PSI, buscando sua independência em relação ao Estado burguês, “distinguindo as posições ideais e políticas do proletariado daquelas, da burguesia”, empreendendo uma mobilização do proletariado num antagonismo contra a burguesia e a guerra (RAPONE, 2014, p. 28-30). Segundo Mussi e Bianchi, “Gramsci acreditava na eficácia da luta cultural coletiva e popular como forma de conquista de uma nova personalidade e cidadania”, que deveria se sustentar na “vontade” das massas exploradas e na rejeição de perspectivas deterministas que pudessem circunscrever o movimento socialista num quadro geral de passividade (MUSSI; BIANCHI, 2020, p. 9). Interpretava como demonstração de “renovação da vida popular” e da elevação do nível de consciência o fato de o movimento operário e socialista se expandir por vários países nesse período (MUSSI; BIANCHI, 2020, p.10). Era preciso, portanto, um novo referencial ideológico capaz de influir sobre a realidade, dando as bases para a intervenção da “vontade consciente” dos grupos subalternos no processo das lutas de classes e na história.

Notas sobre socialismo e cultura nos escritos de Gramsci em 1917

A revolução de outubro de 1917 é um momento histórico que incide no pensamento de Gramsci, contribuindo para o seu posicionamento crítico em relação aos esquemas interpretativos do marxismo que circulavam no âmbito da II Internacional, marcadamente evolucionistas e positivistas. Desde textos publicados em princípios desse período, Gramsci demonstra uma aproximação maior em relação ao marxismo, saudando com entusiasmo a Revolução Russa. Posteriormente, o percurso do desenvolvimento intelectual e de sua atividade política na imprensa partidária socialista deixa visível um aprofundamento teórico-crítico ganhando seus traços gerais naquele momento. A revolução de outubro firmava em Gramsci a convicção da necessidade de refletir sobre o partido político revolucionário e seu papel na compreensão e atuação no cenário das lutas de classes (RAPONE, 2014; DEL ROIO, 2017).

Não se trata apenas do período em que Gramsci se surpreende com a Revolução de 1917, se interessa por ela e produz artigos jornalísticos saudando-a. É um momento decisivo na constituição de seu pensamento, mas também de sua biografia política, compondo um cenário no qual sua militância, atividade jornalística e atuação partidária se tornam efetivamente mais fecundas. No entanto, o ano de 1917 é importante não só como chave interpretativa, mas pelos acontecimentos que comporta.

As insurreições que eclodiram em Turim em agosto de 1917 têm essa importância. Desencadeadas a partir dos protestos contra a escassez de alimentos, essas insurreições tomaram proporções maiores e acabaram por se dirigir contra os esforços de guerra, que impôs privações e dificuldades à vida cotidiana das classes populares. Esse aspecto reflete sobre sua concepção de

revolução, especialmente quanto à dimensão subjetiva das transformações que a guerra produziu nos trabalhadores. Por outro lado, a insurreição de Turim despertara uma forte ação repressiva sobre os socialistas. Desmantelada a cúpula do PSI, Gramsci se vê impelido a tomar uma atitude mais central no partido, assumindo uma posição de direção e integrando um comitê provisório para a direção do PSI em Turim, além de admitir a responsabilidade sobre a redação do jornal socialista *Il Grido del Popolo* (RAPONE, 2014, p.90-91).

Gramsci pôde, por meio dessa posição, levar adiante um projeto que foi alvo de suas preocupações durante muito tempo, o de empreender uma atividade de organização política através de um trabalho educativo, de popularização das ideias socialistas com os trabalhadores mediante intervenção em jornais. Esse trabalho cultural se volta para a difusão de uma concepção de socialismo como uma “reforma moral”, para uma elevação das consciências e do crescimento intelectual do proletariado, ação fundamental para o projeto socialista. Em 1916, Gramsci já demonstrava a importância que considerava ter o trabalho cultural no preparo das grandes transformações revolucionárias. Respondendo a um artigo do sindicalista Enrico Leone, que negava uma dimensão cultural, intelectual ao proletariado, Gramsci afirma

A cultura é algo bem diverso. É organização, disciplina do próprio eu interior, apropriação da própria personalidade, conquista de consciência superior: e é graças a isso que alguém consegue compreender seu próprio valor histórico, sua própria função na vida, seus próprios direitos e seus próprios deveres. Mas nada disso pode ocorrer por evolução espontânea, por ações e reações independentes da própria vontade (...) essa consciência se forma não sob a pressão brutal das necessidades fisiológicas, mas através da reflexão inteligente (primeiro de alguns e depois de toda uma classe) sobre as razões de certos fatos e sobre os meios de convertê-los, de ocasião de vassalagem, em bandeira de rebelião e de reconstrução social. O que significa que toda revolução foi precedida por um intenso e continuado trabalho de crítica, de penetração cultural, de impregnação de ideias em agregado de homens que eram inicialmente refratários e que só pensavam em resolver por si mesmos, dia a dia, hora a hora, seus próprios problemas econômicos e políticos, sem vínculos de solidariedade com os que se encontravam na mesma situação (GRAMSCI, 2004b, p. 58-59).

Ainda que indique traços de uma influência idealista, Gramsci apresenta nesse artigo temas e conceitos que permeiam todo o seu pensamento, como a questão dos intelectuais e da hegemonia, suscitados em razão de suas intervenções em defesa do trabalho de “penetração cultural” e de construção de uma consciência proletária como processo necessário ao desenvolvimento da luta pela revolução socialista na Itália (FRESU, 2020, p. 48-49). Para Dias, ao ressaltar a tarefa educativa dos socialistas com as massas, buscando a criação de uma “nova cidadania”, Gramsci apresentava em “estado prático” a teoria

dos intelectuais e o conceito de hegemonia, como elementos estruturantes do seu pensamento trabalhados até o cárcere (DIAS, 2000, p. 68).

Gramsci se empenha na constituição de um órgão dedicado a promover debates sobre questões de interesse geral para as lutas do proletariado, mas que não fossem dirigidos às questões políticas mais urgentes do movimento operário. Tratava-se de criar espaços formativos capazes de refletir e fortalecer as bases teóricas da ação socialista. Sua proposta era de que essa “associação de cultura” fosse um órgão do movimento operário, trabalhando em conjunto com os jornais, as associações do partido para o crescimento intelectual dos trabalhadores (RAPONE, 2014, p. 93-94). Embora tenha encontrado resistência à suas propostas no PSI, essa dimensão cultural da luta de classes ocupou um espaço fundamental no pensamento de Gramsci até sua prisão em novembro de 1926. Enfatizava, sobretudo, a importância de um trabalho de formação política com os trabalhadores, a fim de aprofundar a consciência quanto às estruturas excludentes da sociedade capitalista, a necessidade de superar as concepções econômico-corporativas da luta do proletariado e potencializar as ações políticas a partir do profundo conhecimento da realidade (MORAES, 2014).

Em fevereiro de 1917, Gramsci organizou a publicação do único número de *La Città Futura*, uma revista da Federação Juvenil Socialista do Piemonte, para a qual redigia todos os artigos, além de divulgar escritos de Benedetto Croce, Armando Carlini e Gaetano Salvemini. Como uma publicação de caráter propagandístico e educativo, Gramsci escolhia os temas que a integravam de modo a dar uma uniformidade em sua formulação acerca do processo de formação da consciência socialista na juventude. Tema que o preocupava de maneira ampla.

Nessa publicação única, denuncia as influências mecanicistas e positivistas no socialismo, que se desdobravam em posicionamentos fadados ao impasse, à inércia, à passividade. Chamando a atenção para o caráter imprevisível dos fatos concretos, Gramsci ressalta a necessidade de construção de uma “vontade coletiva”, que seja verdadeira, que tenha uma “finalidade universal concreta” na constituição de uma ordem socialista. Nesse quadro, a “ordem” surge como um conceito-chave e sintetizador das características de um arranjo social e político, é a ordem “sobre a qual as expressões se baseiam e em torno da qual giram com maior ou menor aderência, segundo a forma histórica concreta que os homens, os partidos e o estado assumem” (GRAMSCI, 2004c, p.76-77). Desse modo, sua perspectiva rompe com o imobilismo do mecanicismo, que se assentava na crença da inevitabilidade do socialismo como algo determinado do processo histórico, colocando em relevo que as ordens atuais foram geradas pela vontade. Portanto, sua transformação passa pelo empenho em possibilitar que a concepção senso comum do Estado burguês, como “ideia-limite”, dê lugar a uma compreensão do Estado como “ideia mínima”, que deve ser superada pela substituição desse Estado por conta de sua universalidade ser restrita aos interesses da burguesia e não da classe

universal, o proletariado. Por isso, Gramsci se posiciona contra a passividade e a indiferença, tratando-as como um mal político que “atua poderosamente na história” e que deve ser combatido.

A indiferença é o peso morto da história. É a âncora que paralisa o inovador (...). É a fatalidade, aquilo com que não se pode contar; é o que abala os programas, inverte os planos mais bem construídos; é a matéria bruta que se rebela contra a inteligência e a destroça. O que acontece, o mal que se abate sobre todos (...). O que acontece não acontece tanto porque alguns querem que aconteça, mas sobretudo porque as massas dos homens abdica de sua vontade, deixando que outros façam, que se formem os nós que depois só a espada poderá cortar, que se promulguem as leis que depois só a revolta fará ab-rogar, que subam ao poder os homens que depois só um motim poderá derrubar (GRAMSCI, 2020, p. 31-32).

Sua ênfase sobre esse fatalismo que recai sobre os socialistas se converte num chamado à ação, ao posicionamento, para que se tome partido nas lutas de seu tempo e se construa o protagonismo dos trabalhadores na elaboração da história como “obra inteligente dos cidadãos”.

Segundo Dias (2017), a partir de 1917, a questão da cultura é dotada de outro sentido. Gramsci se volta contra o “doutrinarismo” que, reflexo de uma cultura determinista, fortalece as concepções acerca da inevitabilidade do socialismo. Ou seja, parte dos socialistas acenava com uma perspectiva mais positivista do que dialética do processo de luta de classes, como se não fosse necessário o trabalho de elaboração política a fim de nortear a compreensão da realidade e a intervenção transformadora do proletariado (DIAS, 2017, p. 61-62). Gramsci combate veementemente essa visão determinista da militância, destacando a necessidade da criação de espaços de debates livres voltados para a difusão de uma cultura socialista. Tratava-se de basear a “intransigência da ação” na “tolerância na discussão”, caracterizando-as como uma ação assentada na vontade coletiva, numa “meta racional” elaborada a partir da discussão e convicção da coletividade na racionalidade dessa meta, daí a necessidade de total tolerância quanto às discussões para possibilitar a intransigência nas ações, revelando os contornos dessa coletividade como vontade racional e coerentemente estabelecida (GRAMSCI, 2004d, p. 118-121).

Por essa perspectiva, a cultura é tomada em sua dimensão política, e logo, deve ser democrática, no sentido da acessibilidade às suas questões e debates, e deve ser organizada, com vistas à constituição da hegemonia (DIAS, 2017, p. 62). Essa preocupação está presente nas análises que Gramsci empreende acerca da Revolução Russa. Diferente das interpretações que circulavam na época, a Revolução de 1917 era considerada uma revolução proletária, justamente por sua capacidade de construir uma subjetividade revolucionária que, baseada na universalidade do projeto proletário, pudesse se opor ao determinismo, que levava os socialistas à inércia, e ao jacobinismo burguês, que tendia a afastar o processo revolucionário dos ideais do

proletariado e das questões mais estruturais da revolução. Por isso, Gramsci é enfático ao argumentar que a revolução exigia a presença ativa dos revolucionários junto às massas proletárias a fim de revelar o “fato revolucionário” também como um “fato moral”, cultural, que toca os espaços dos costumes da sociedade (GRAMSCI, 2020a, p. 53).

Combatendo o idealismo, o determinismo e o reformismo, Gramsci procurou orientar as classes trabalhadoras quanto à necessidade de estabelecer uma formação cultural e política que oferecesse bases para a revolução na Itália - assim fez, mesmo distante dos eventos da Rússia revolucionária e com pouco acesso à informação, o que o aproximou de uma perspectiva idealizada da revolução. Nesse ponto, fica nítida a preocupação de Gramsci com a “tradutibilidade” da experiência histórica, com suas concepções e práticas, para a aplicação em realidades externas à experiência russa.

A pregação socialista pôs o povo russo em contato com as experiências dos outros proletariados. A pregação socialista faz viver dramaticamente, num só instante, a história do proletariado, suas lutas contra o capitalismo, a longa série dos esforços que a tornavam abjeto, a fim de se tornar nova consciência (...). A pregação socialista criou a vontade social do povo russo. (...) O povo russo passou por essas experiências através do pensamento, ainda que fosse o pensamento de uma minoria. Superou essas experiências. Agora se serve delas para afirmar-se (...) (GRAMSCI, 2004e, p. 128-129).

Dirigindo suas críticas às leituras economicistas no movimento socialista, Gramsci lança ênfase sobre a criação de uma vontade social coletiva entre os russos, exortando os socialistas e a massa proletária para a necessidade e possibilidade da intervenção humana nos rumos da história. Importava que esses acontecimentos fossem interpretados do ponto de vista socialista e que reverberasse na compreensão da revolução como uma possibilidade no horizonte das lutas políticas da Itália (MUSSSI, 2017, p. 104-106).

Nesse período, Gramsci se encontra numa posição marginal à direção do PSI, dedicando-se quase exclusivamente a sua atividade jornalística e mantendo-se atuante no trabalho de organização política e fortalecimento das bases do movimento socialista. Seu objetivo era adensar segmentos do seu partido contra a política reformista aceita pela maioria. O trabalho político-intelectual realizado nos jornais, como *La Città Futura*, *Il Grido del Popolo* e *L'Ordine Nuovo*, além de colocar o dirigente político sardo no quadro dos debates políticos nacionais, criticando a adesão e o apoio do povo italiano, e dos socialistas, à guerra, denunciando os seus custos sociais sobre as classes populares, Gramsci pôde converter os debates sobre a revolução de 1917 num eixo temático, a partir do qual elaborou suas críticas à cultura política italiana, à direção do PSI, e pontua a superação dialética de sua própria formação idealista para uma adesão crítica ao marxismo (MUSSI, 2017, p. 104-107). O ano de 1917 é

rico nas possibilidades de compreensão do processo intenso e dinâmico no qual são gestadas as ideias colocadas por Gramsci nos fundamentos de sua atuação no *L'Ordine Nuovo* e nos conselhos de fábrica.

Após a repressão que se abateu sobre o PSI em 1917, o comitê provisório encaminhou a constituição de uma nova comissão executiva para a reorganização do trabalho partidário. Gramsci não figurava nesse grupo - manteve-se concentrado ao longo desse período em suas atividades nos jornais, escrevendo textos que refletem sobre temas do cotidiano em *Avanti!*. Entretanto, se destaca, sobremaneira, o trabalho que empreende no *Il Grido del Popolo*, para o qual são apresentados textos mais densos e complexos voltados para compreender a ação socialista em seu país.

Suas intervenções discorriam sobre os temas que despontavam da “crise bélica” e da experiência russa, tentando compreender a forma como produziam reflexos na vida política e social, bem como nas relações internacionais e no desenvolvimento do capitalismo. Nesse quadro, a aproximação de Gramsci da experiência bolchevique, seu aprofundamento em relação ao marxismo, em especial ao pensamento de Lenin, tocam nos fundamentos intelectuais de sua concepção de socialismo, envolvida por um movimento de adaptação e integração, no qual se depara com questões que baseiam um processo de extração de referências para a compreensão da realidade concreta, buscando situar de maneira consequente elementos para a constituição de uma estratégia para o desenvolvimento de um processo revolucionário na Itália (RAPONE, 2014, p. 106).

Nas análises que Gramsci empreende sobre a guerra, a partir de 1916, destacou-se a questão da mudança que o conflito teria gerado no plano das subjetividades dos povos, como era claro desde seu texto “A guerra e as colônias”, no qual louva as demonstrações de “existência orgânica” expressa nos movimentos coloniais de crítica e reivindicação de “novas liberdades políticas”. Voltando-se, sobretudo, para a importância das lutas por educação, instrução técnica e profissional como forma de rompimento com os modos de tutela impostos pela colonização, Gramsci denuncia a contradição de um processo de colonização que se justifica por uma “missão civilizadora”, de países que anunciam princípios democráticos, mas que empreendem apenas a “dominação e a pilhagem da terra”. Em sua perspectiva, a estrutura da colonização se volta para a manutenção da subordinação de um território e um povo aos interesses capitalistas das metrópoles, visando a inviabilizar qualquer possibilidade de autonomia, daí as restrições culturais impostas como mecanismo dessa dominação.

Os europeus não conquistaram colônias para criar nelas forças produtivas similares às de seus países, de maneira que se constitua uma espinha dorsal econômica que possibilite criar uma atividade política e social consequente. Os europeus obedeceram ao impulso de seus capitalismos e nas colônias

criaram empresas capitalistas e não uma sociedade capitalista¹⁰ (GRAMSCI, 1916).

Suas críticas dirigem-se ainda para as contradições que a colonização produziu no âmbito econômico, mesmo nos interesses que mobilizam os europeus, pois os interesses industriais do sistema colonial estrangulam qualquer possibilidade de desenvolvimento das forças econômicas dos povos colonizados. Tal subordinação de uma economia aos interesses dos colonizadores produziu limitações de renda e de capacidade de desenvolvimento do comércio e da indústria locais, o que refletiu sobre as possibilidades de expansão dos benefícios do capital. Segundo Vacca (2016), dois aspectos devem ser observados na referida análise: o caráter corporativo do nacionalismo e a função progressista do capitalismo dirigidos à imposição dos interesses econômicos restritos sobre o plano político. Nesse quadro, Gramsci se aproxima de Marx ao basear sua interpretação do fenômeno colonial na relação entre economia e política.

Gramsci apresenta a interpretação de que a interdependência econômica favorece a paz entre as nações e pode ser um mecanismo para evitar as guerras. O cosmopolitismo da economia tenderia ao conflito com o nacionalismo da política, o que estaria associado - da "vocação mundial" do modo de produção capitalista -   redução do papel do Estado na medida em que o capitalismo se desenvolvesse como forma econômica mundial. Em sua análise, o imperialismo não é apenas uma categoria econômica, mas histórica e política, e, assim como a guerra, observada como reflexo do protecionismo e do nacionalismo - fen menos políticos -, não é tratada como expressão de leis econômicas.

É desse quadro de interpretações sobre a guerra que desponta a análise acerca das Ligas das Nações tratada por Gramsci como uma ação dirigida a produzir a compatibilização entre a política internacional e o comércio mundial, como "o grande Estado burguês supranacional que dissolveu as barreiras alfandegárias, que ampliou os mercados, que ampliou o âmbito da livre concorrência e que possibilita a existência das grandes empresas, das grandes concentrações capitalistas internacionais" (GRAMSCI, 2004f, p. 136). Sua abordagem, segundo Vacca (2016), nos possibilita pensar que está no horizonte das preocupações de Gramsci a compreensão das relações internacionais com foco sobre uma "nova hegemonia" baseada na expansão do poder industrial, comercial e cultural dos países capitalistas mais avançados. Embora não use o termo hegemonia, mas "preeminência", alguns elementos de sua compreensão futura acerca da expansão mundial do capitalismo já estão presentes nesse momento.

Posteriormente, numa análise acerca do Imperialismo, da guerra e da expansão do capitalismo, Gramsci volta ao tema agora tratando de "hegemonia

¹⁰ In: **Il grido del popolo**, n. 612, 15 abr. 1916. (Traduzido do italiano para o francês por Mohamed W. Grine). Tradução nossa a partir de Gramsci, Antonio. "La guerra et le colonies". Disponível em: <https://www.investigaction.net/fr/la-guerre-et-les-colonies/>. Acessado em: 16 out. 2020.

mundial". Em sua perspectiva, a estrutura do capitalismo apresenta-se, naquele contexto, como a expressão da sobreposição do capital financeiro ao capital industrial, dos grandes bancos à fábrica, do monopólio. Tal estrutura se constituiria de maneira orgânica como um desdobramento do capitalismo e não como um mero reflexo da guerra, como propunha Tasca, contra o qual Gramsci se opõe nesse texto (GRAMSCI, 2004g, p. 409-411).

Gramsci já havia se posicionado a respeito do capitalismo anglo-americano de maneira incisiva, considerando a sua expansão como um processo de constituição de um "monopólio do globo", capaz de proletarizar as nações subordinadas a partir de um violento processo de concentração da propriedade privada. Para ele, as contradições de um sistema econômico que se expande mundialmente, através de um violento processo de concentração de riquezas, do estabelecimento de poderosos monopólios e do aprofundamento de uma face financeira dessa economia, em choque com uma política que se assentava no recrudescimento de uma perspectiva nacionalista, desembocaram inconsequentemente na guerra (GRAMSCI, 1919). Desse modo, ficava proeminente o debate acerca das contradições da guerra, refletindo especialmente na compreensão de que a revolução proletária poderia ganhar novo impulso na medida em que a guerra produzira mudanças na posição das classes subalternas e em sua psicologia.

É recorrente nos escritos de Gramsci após 1917 sua análise sobre os reflexos da guerra no campo das subjetividades dos trabalhadores. Possivelmente, podemos considerar que se trata de um momento de desenvolvimento de concepções estruturantes de seu pensamento, como evidenciamos no que tange à mobilização de uma concepção incipiente de "vontade coletiva". Em seu célebre texto "*A revolução contra O capital*" argumenta que Marx não poderia prever a "guerra europeia" e muito menos que os sofrimentos impostos pela guerra criariam na Rússia uma "vontade coletiva popular", como se fez evidente em 1917. Para Gramsci, "a guerra serviu para despertar as vontades. Através dos sofrimentos acumulados ao longo de três anos, tais vontades se puseram em uníssono muito rapidamente". Vontade que resulta de um conjunto de experiências de classe que devem ser organizadas. "Normalmente, é através da luta de classes cada vez mais intensa que as duas classes do mundo capitalista criam a história". Nesse processo, o proletariado primeiro reconhece sua condição de miséria, de explorado pela burguesia e se movimenta numa luta para melhorar suas condições mais imediatas, inicialmente, passando a um estágio mais organizado, "passando cada vez mais de caos-povo a pensamento organizado, tornando-se cada vez mais consciente do próprio poder, da própria capacidade de assumir a responsabilidade social, de converter-se em árbitro do próprio destino" (GRAMSCI, 2004e, p. 127-128).

Em outro momento, Gramsci destaca que a guerra teria impulsionado o Estado italiano a um papel de regulamentador da produção material, viabilizando "uma forma de truste da indústria e do comércio, uma forma de

concentração dos meios de produção e de troca e um nivelamento das condições de exploração das massas proletárias” (GRAMSCI, 2004h, p. 264). E isso desempenhou um papel revolucionário na medida em que suas “consequências psicológicas” se associaram a um processo, no qual, trabalhadores, operários e camponeses se desvencilharam gradualmente de concepções acerca de suas condições de vida, das relações sociais que teciam, do papel do Estado e da política, sempre carregadas de conformismo, de apatia e isolamento, refletindo em ações individuais para a satisfação de questões imediatas. Não havia um “espírito unitário” como o que a guerra possibilita entre os trabalhadores, concentrados pelo conflito num cotidiano comum de privações, disciplina e sofrimento. É desse meio que desponta uma identificação quanto à situação social de exploração e miséria partilhada por uma massa vasta de trabalhadores, de modo a possibilitar uma consciência da unidade da classe trabalhadora. Para Gramsci,

É sobre essa nova psicologia que se funda a propaganda comunista que irradia das cidades industriais e é com base nisto que se criam as hierarquias sociais livremente promovidas e aceitas através das experiências de vida coletiva revolucionária. As condições históricas da Itália não eram e não são muito diferentes das condições russas. O problema da unificação de classe dos operários e camponeses se apresenta nos mesmos termos: ela ocorrera na prática do Estado socialista e se fundará na nova psicologia criada pela vida comum nas trincheiras (GRAMSCI, 2004h, p. 267-268).

Por tal análise, a experiência da guerra fundaria nas massas trabalhadoras os elementos de uma consciência quanto a uma “vida comum”, fundamentais para a constituição de vínculos e laços de solidariedade que dão base às possibilidades de disciplina e organização dos trabalhadores. Portanto, Gramsci retrata especificamente os efeitos de tal experiência sobre a “subjetividade”, ou a “psicologia dos camponeses”, colocando em destaque as novas condições para a educação das massas camponesas numa “concepção orgânica da luta de classes e na disciplina permanente necessária à reconstrução do Estado depois da catástrofe capitalista”. Propunha a inserção dos trabalhadores em “organismos da nova vida coletiva, em cujo funcionamento e prática as conquistas possam se solidificar, as experiências possam se desenvolver, complementar-se, dirigir-se conscientemente para a realização de um objetivo histórico concreto” (GRAMSCI, 2004h, p. 269). Tratava-se de pensar a organização dos trabalhadores, numa análise que identifica semelhanças entre as condições sociais e econômicas da Rússia e da Itália, da qual se ressalta a importância da aliança operário-camponesa para o movimento comunista. Seria necessário estabelecer a articulação entre a cidade e o campo adensando a propaganda comunista entre esses trabalhadores do campo, os proletarizados, que chegavam às cidades para o emprego nas fábricas. E, posteriormente, deveria se estimular o

desenvolvimento dessa ação dirigida à união dos trabalhadores do campo e das cidades nesse movimento de conscientização, de trabalho cultural, de ação sobre a subjetividade dos trabalhadores num contexto de luta de classes e de construção de um processo revolucionário. Para Gramsci, esse trabalho é de vital importância na medida em que:

Todo trabalho revolucionário só tem probabilidade de êxito quando se funda nas necessidades vitais e nas exigências culturais dos operários fabris e camponeses. É indispensável que os líderes do movimento proletário e socialista compreendam isso. E é necessário que compreendam a urgência do problema de dar a essa força incoercível da revolução a forma adequada à sua psicologia ainda difusa (GRAMSCI, 2004h, p. 269I).

É persistente sua ênfase sobre o trabalho de organização cultural do proletariado com vistas a dotá-los de autonomia na construção de sua visão de mundo, de forma ampla, privilegiando a totalidade das relações nas quais estão inseridos no cotidiano da vida e do trabalho. Na linha dos pensadores idealistas, Gramsci compreende a associação entre esse trabalho educativo e a ação política (MANACORDA, 1990, p. 30).

Os anos que circundam a experiência da Revolução na Rússia e da Primeira Guerra são decisivos para a orientação dada às reflexões e às ações políticas de Gramsci nesse período que se estende até sua prisão. A sua tomada de posição voltada para romper com o imobilismo é anunciada nas páginas do *L'Ordine Nuovo*. Com um clamor à classe trabalhadora e ao partido, chama a atenção quanto à "responsabilidade histórica" de fomentar uma consciência de classe capaz de abranger a compreensão das contradições derivadas das lutas de classes e as possibilidades de transformação socialista da sociedade, subvertendo a exploração capitalista pelo caminho revolucionário. Daí sua preocupação com o cenário político descortinado com o fim da guerra: o *que fazer* diante das imensas forças sociais que estavam mobilizadas pela guerra? Como organizar essas massas de trabalhadores numa forma política autônoma, capaz de se desenvolver e de se apresentar como a "ossatura do Estado socialista"? Gramsci não hesita em responder com uma convocação ao "pensamento e ação", pois "somente de um trabalho comum e solidário de esclarecimento, de persuasão e de educação recíproca é que nascerá a ação concreta de construção", somente assim seria possível alcançar a realização de tamanho objetivo. No entanto, "o Estado socialista já existe potencialmente nas instituições de vida social características da classe trabalhadora explorada" (GRAMSCI, 2004i, p.245).

A questão que se apresenta de maneira urgente a Gramsci no contexto do pós-guerra é a articulação e organização dessas instituições no sentido de constituição de uma democracia operária que se contraponha ao Estado burguês e que contenha as condições para a superação dessa configuração política. É um papel intelectual do partido "dar uma forma e uma disciplina

permanentes a essas energias desordenadas e caóticas (...) é preciso fazer da classe operária e semiproletária uma sociedade organizada que se eduque, que obtenha experiência" (GRAMSCI, 2004i, p. 246). Era necessário partir da "vida social" da classe trabalhadora, "rica em instituições", de modo a tornar essas instituições e práticas organizadas de maneira geral na sociedade. "A fábrica com suas comissões internas, os círculos socialistas, as comunidades camponesas são os centros da vida proletária nos quais é preciso trabalhar diretamente", defende Gramsci (GRAMSCI, 2004i, p. 247).

Esse trabalho dirigia-se a "dar uma forma e uma disciplina permanente às massas", considerando uma "experimentação política e administrativa" pela mobilização, esclarecimento e conscientização para com os deveres e direitos do trabalhador na perspectiva histórica de construção de um Estado proletário. Nesse horizonte, a experiência russa figura como fonte de inspiração e reflexão. Tratava-se de elaborar a teoria e a prática da revolução soviética na Itália, processo assentado na valorização de instituições sociais já vivenciadas pelos trabalhadores. Enquanto na Rússia esse trabalho se concentrava nos *soviets* (conselhos de trabalhadores que agrupavam operários, camponeses e soldados e que constituíam órgãos de poder do Estado), na Itália Gramsci calculava que existisse uma identificação clara dos *soviets* com as *Comissões Internas*, instituições de representação dos operários no interior das fábricas. Reconhecidas em 1919, as Comissões Internas se voltaram para a defesa dos direitos dos trabalhadores, se colocando como uma espécie de extensão ou "correias de transmissão" dos sindicatos. Para Gramsci, as *Comissões* eram expressões do "trabalhador coletivo" que deveriam se empenhar em sua própria transformação em *Conselhos de Fábrica*, de modo a agrupar e representar o conjunto dos trabalhadores, realizando sua unidade como classe e se portando como um modelo para o Estado proletário.

É preciso estudar o que ocorre no seio das massas operárias. Existe na Itália, enquanto instituição da classe operária, algo que possa ser comparado ao *soviète*, que a ele se assemelhe por natureza? Algo que nos autorize a afirmar que o *soviète* é uma forma universal, que não é uma instituição russa, apenas russa (...). O *soviète* é a forma de autogoverno das massas operárias. Existe na Itália, em Turim, um germe, uma veleidade, um vislumbre de governo dos *soviets*? (...) Sim, existe na Itália, em Turim, um germe de governo operário, de *soviète*: é a comissão interna (GRAMSCI, 2004g, p. 401-402).

O *soviète* é uma forma de auto-governo das classes operárias assentada sobre o poder dos trabalhadores. Na medida em que trabalha no intuito de desenvolver a consciência da unidade e importância desses trabalhadores na esfera produtiva, e em todos os âmbitos da sociedade e mesmo do Estado, o *soviète* adquire o caráter de totalidade, de expressão da universalidade do proletariado capaz de orientar uma vontade coletiva na luta pela superação de

uma perspectiva econômico-corporativa, substituindo-a pela busca da emancipação total dos trabalhadores.

A natureza essencial do sindicato é concorrencial, não é comunista. O sindicato não pode ser instrumento de renovação radical da sociedade (...). A ditadura proletária pode se encarnar num tipo de organização que seja específico da atividade própria dos produtores e não dos assalariados escravos do capital. O conselho de fábrica é a célula primária desta organização (...). O conselho de fábrica é o modelo do Estado proletário. Todos os problemas inerentes da organização do Estado proletário são inerentes à organização de um conselho (GRAMSCI, 2004j, p. 287-288).

Gramsci dava ênfase no movimento socialista italiano à necessidade de um trabalho organizativo de conteúdo cultural a ser desenvolvido com os trabalhadores das fábricas, de modo a possibilitar a esse expressivo contingente “conceber a si mesmo como produtor”, o que envolvia ações de esclarecimento e conscientização capaz de orientar o trabalhador quanto a sua inserção no processo produtivo como um todo. Compreendendo, assim, sua existência como proletário “como um momento necessário e ineliminável da atividade de um complexo social” (GRAMSCI, 2004k, p. 300). Portanto, os trabalhadores deveriam reconhecer as formas em que se inseriam numa estrutura muito maior do que era possível perceber apenas no cotidiano das fábricas. Daí se esboçava a compreensão de uma “unidade” dessa grande estrutura que Gramsci quer relacionar em sua análise, na perspectiva de alcançar a totalidade das relações sociais que se desdobram desde a realidade concreta da fábrica, até a estruturação e dinâmica do modo de produção, a sociedade e o Estado com suas múltiplas e amplas relações.

Considerações finais

De sua formação juvenil na Sardenha até os anos em Turim, em especial até 1917, Gramsci empreende um percurso de amadurecimento intelectual e político imprescindível para a sua atuação nos Conselhos de Fábrica, na organização do Partido Comunista Italiano (PCI) e para sua concepção de revolução. Suas divergências com o ambiente cultural italiano e com as concepções que orientavam o PSI alimentaram uma busca intelectual, teórica e política, que o colocou em contato com uma ampla gama de influências que desbordam do pensamento de autores como Prezolini, Papini, Salvemini, Bergson, Sorel, Gentile e Croce, sobretudo. No entanto, esse é um processo no qual Gramsci se apropria de temas, conceitos, concepções, reformulando-os criativamente para responder às questões objetivas colocadas pelas lutas de classes na sociedade italiana, num contexto em que pairavam a sombra da guerra e da revolução.

Sua vivência na Sardenha marcou-lhe com uma profunda sensibilidade para com as lutas dos grupos subalternos, identificando-se organicamente com os trabalhadores pobres e colocando um irreprimível desconforto em relação às limitações que a cultura italiana e a socialista apresentavam para a solução dos problemas que envolviam a questão meridional, as singularidades do desenvolvimento do capitalismo na Itália e os caminhos para a revolução socialista.

Na busca dialética que empreendeu, Gramsci encontrou no tema da “cultura”, derivado de Croce, uma referência para a constituição de uma concepção particular de cultura que se contrapunha às perspectivas que circulavam no PSI, eivadas de positivismo. Tendo cativado seu espírito rebelde com as notícias que lhe chegavam sobre a Revolução Russa e aprofundando-se no pensamento marxista, seu inconformismo com a incapacidade do partido de orientar efetivamente uma luta socialista se desdobra na compreensão de que a revolução deve ser proletária, baseada na agência humana, na vontade coletiva, moldada por um trabalho educativo a ser realizado pelo partido. Era necessário, portanto, “traduzir” a experiência revolucionária russa a fim de elucidar as particularidades e generalidades dessa experiência para o emprego de categorias, conceitos e reflexões na constituição da teoria e prática revolucionária na Itália. E isso pressupunha o desenvolvimento de uma nova cultura, a socialista.

Referências bibliográficas

ANDREUCCI, Franco. A difusão e a vulgarização do marxismo. In: HOBBSAWM, Eric (Org.). **História do marxismo. O marxismo na época da Segunda Internacional, (primeira parte), v. 2.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BRIGAGLIA, Manlio. Il sogno dell'autonomia. In: BRIGAGLIA, Manlio. MASTINO, Attilio; ORTU, Gian Giacomo (Orgs.). **Storia della Sardegna. Dal Settecento a oggi, v. 2.** Roma: Editori Laterza, 2006.

CARNOY, Martin. **Estado e teoria política.** Campinas, SP: Papyrus, 1988.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político.** Rio de Janeiro: Campus, 1989.

DEL ROIO, Marcos. A Revolução Russa como caminho de Gramsci para o marxismo. In: LOLE, Ana; GOMES, Victor Leandro Chaves & DEL ROIO, Marcos (Org.). **Gramsci e a Revolução Russa.** Rio de Janeiro: Mórula, 2017.

DIAS, Edmundo F. **Gramsci em Turim: a construção do conceito de hegemonia.** São Paulo: Xamã, 2000.

DIAS, Edmundo F. A Revolução Russa vista por Gramsci. In: LOLE, Ana; GOMES, Victor Leandro Chaves & DEL ROIO, Marcos (Org.). **Gramsci e a Revolução Russa**. Rio de Janeiro: Mórula, 2017.

FIORI, Giuseppe. **Vita di Antonio Gramsci**. Roma: Edizioni Laterza/L'Unità, 1991.

FRESU, Gianni. Labriola, Gramsci e o materialismo histórico na Itália. In: **Revista Outubro**, n.25, mar. 2016.

FRESU, Gianni. Gramsci e a revolução nacional. In: LOLE, Ana; GOMES, Victor Leandro Chaves & DEL ROIO, Marcos (Orgs.). **Gramsci e a Revolução Russa**. Rio de Janeiro: Mórula, 2017.

FRESU, Gianni. **Antonio Gramsci, o homem filósofo**: uma biografia intelectual. São Paulo: Boitempo, 2020.

FROSINI, Fabio. Unidade de teoria-prática. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. **Dicionário Gramsciano (1926-1937)**. São Paulo: Boitempo, 2017.

FROSINI, Fabio. Benedetto Croce. In: PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes; ARECO, Sabrina (Orgs.). **Gramsci e seus contemporâneos**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016.

FROSINI, Fabio. La “filosofia della praxis” nei Quaderni del Carcere di Antonio Gramsci. **Isonomia – Rivista di Filosofia**, 2002.

GOLDSTEIN, Robert J. **Political Repression in 19th Century Europe**. Routledge Library Editions / Political Science: New Jersey, 2010.

GRAMSCI, Antonio. Neutralidade ativa e operante. In: **Escritos Políticos**, v.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004a.

GRAMSCI, Antonio. Socialismo e cultura. In: **Escritos Políticos**, v.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004b.

GRAMSCI, Antonio. La Città Futura. In: **Escritos Políticos**, v.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004c.

GRAMSCI, Antonio. Intransigência-tolerância, intolerância-transigência. In: **Escritos Políticos**, v.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004d.

GRAMSCI, Antonio. A revolução contra *O capital*. In: **Escritos Políticos**, v.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004e.

GRAMSCI, Antonio. A Liga das Nações. In: **Escritos Políticos**, v.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004f.

GRAMSCI, Antonio. O Programa de L'Ordine Nuovo. In: **Escritos Políticos, v.1**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004g.

GRAMSCI, Antonio. Operários e camponeses. In: **Escritos Políticos, v.1**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004h.

GRAMSCI, Antonio. Democracia operária. In: **Escritos Políticos, v.1**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004i.

GRAMSCI, Antonio. Sindicatos e conselhos. In: **Escritos Políticos, v.1**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004j.

GRAMSCI, Antonio. Sindicalismo e conselho. In: **Escritos Políticos, v.1**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004k.

GRAMSCI, Antonio. Indiferentes. In: GRAMSCI, Antonio. **Odeio os indiferentes**: escritos de 1917. São Paulo: Boitempo, 2020.

GRAMSCI, Antonio. Notas sobre a Revolução Russa. In: GRAMSCI, Antonio. **Odeio os indiferentes**: escritos de 1917. São Paulo: Boitempo, 2020a.

GRAMSCI, Antonio. La guerra et le colonies. In: **Il Grido del Popolo**, n. 612, abr. 1916. (Tradução para o francês de Mohamed W. Grine). Disponível em: <https://www.investigaction.net/fr/la-guerre-et-les-colonies/>.

GRAMSCI, Antonio. La settimana política. Italia e Stati Uniti. In: **L'Ordine Nuovo**. Turim: 8 nov. 1919.

IMBORNONE, Jole Silva. La Voce. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Orgs.). **Dicionário Gramsciano (1926-1937)**. São Paulo: Boitempo, 2017.

LOSURDO, Domenico. **Antonio Gramsci, do liberalismo ao 'comunismo crítico'**. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

MANACORDA, Mario A. **O princípio educativo em Gramsci**. São Paulo: Artes Médicas, 1990.

MORAES, Denis. Antonio Gramsci y el periodismo. **Revista Pueblos**, (23-06-2014), Bilbao, 2014.

MUSSI, Daniela. Política e cultura: Antonio Gramsci e os socialistas italianos. In: **Revista Outubro**, n. 22, 2º semestre de 2014.

MUSSI, Daniela. **Intelectuais rebeldes: política e cultura em Antonio Gramsci e Piero Gobetti**. Tese de Doutorado em Ciência Política. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. São Paulo/Campinas: Unicamp, 2015.

MUSSI, Daniela. "Tutto Il mondo è paese": Antonio Gramsci intérprete da revolução. In: LOLE, Ana; GOMES, Victor Leandro Chaves; DEL ROIO, Marcos (Orgs.). **Gramsci e a Revolução Russa**. Rio de Janeiro: Mórula, 2017.

MUSSI, Daniela; BIANCHI, Alvaro. Apresentação. In: GRAMSCI, Antonio. **Odeio os indiferentes**: escritos de 1917. São Paulo: Boitempo, 2020.

ORTU, Gian Giacomo. L'Ottocento: la grande trasformazione. In: BRIGAGLIA, Manlio; MASTINO, Attilio; ORTU, Gian Giacomo (Orgs.). **Storia della Sardegna. Dal Settecento a oggi, v. 2**. Roma: Editori Laterza, 2006.

RAPONE, Leonardo. **O jovem Gramsci**: cinco anos que parecem séculos, 1914-1919. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2014.

VACCA, Giuseppe. **Modernidades Alternativas**: o século XX de Gramsci. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira; Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

Leandro Cabral de Almeida

Doutorando e Mestre em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pelo CPDA/UFRJ. Mestre em Ciência Política pelo PPGCP-UFF. Pesquisador do Grupo de Pesquisa Pensamento Social e Cultura Política do CPDA/UFRJ. Possui graduação em História pela Universidade Veiga de Almeida (2008). Interesse por História Agrária, Sociologia Rural, Pensamento Social Brasileiro, História dos movimentos sociais no campo, especialmente a atuação da Igreja Católica e do Partido Comunista Brasileiro no movimento de sindicalização levado aos trabalhadores rurais entre os anos 1950 e 1960, compreendido como um processo de ampliação da cidadania e de fortalecimento de uma cultura política democrática. Estuda o pensamento político do filósofo italiano Antonio Gramsci, em especial, em seus escritos sobre as classes subalternas, sobre os intelectuais e o partido político, produzidos entre 1917 e 1926. Desenvolvendo pesquisa sobre Democracia e Crise no Brasil recente. Atua como Professor de História na Rede de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEEDUC-RJ).

E-mail: leandrocabral@id.uff.br

ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4270934540119784>